

políticas culturais

PARA O DESENVOLVIMENTO
CONFERÊNCIA ARTEMREDE

Pedro Costa
(Coord.)



10
ANOS

ARTEMREDE
juntos.mais fortes

CAPÍTULO 3

A LEGITIMIDADE DAS POLÍTICAS CULTURAIS: DAS POLÍTICAS DO ACESSO ÀS POLÍTICAS DO COMUM

Nicolás Barbieri

*Instituto de Governo e Políticas Públicas e Departamento de Ciência Política,
Universidade Autónoma de Barcelona*

1. AS POLÍTICAS DO ACESSO (E A SUA DETERIORAÇÃO)

A institucionalização das políticas culturais como esfera de políticas públicas consolida-se na segunda metade do século XX. É bem conhecido o processo pelo qual o princípio da democratização da cultura orienta e legitima a maioria das políticas culturais desenvolvidas na Europa e no mundo anglo-saxónico a partir da década de 1960. Este paradigma, assim como o contrato entre agentes culturais públicos e privados que o mesmo implica, tem um carácter eminentemente estatal-nacional. Isto é, de acordo com o modelo continental ou anglo-saxão, os ministérios da cultura ou os conselhos artísticos estatais são os principais agentes na conceção e implementação de políticas culturais. Estamos, em suma, perante

um período de institucionalização da política cultural como uma política pública. Sem dúvida que, com deficiências, e graves, quando comparado com outras políticas públicas, incluindo as do âmbito social. Mas, apesar destas dificuldades, a política cultural estabelece-se como um objeto de intervenção do Estado, como um instrumento de intervenção governamental.

Pelo processo de institucionalização das políticas culturais consolida-se nessa altura o modelo de políticas do acesso à cultura. A intervenção governamental centra-se na promoção da oferta cultural considerada de melhor qualidade e na proteção do património. É neste período que podemos identificar um dos principais dilemas na evolução das políticas culturais: a necessidade de conciliar a promoção da excelência com a democratização. Prova disto é o mote que inspirou a fundação do “*Arts Council of Great Britain* em 1946: O melhor para a maioria”. Numa tentativa de popularizar as chamadas artes eruditas, são promovidas as infraestruturas culturais: dos museus às bibliotecas, aos teatros e à monumentalização dos espaços públicos. São as décadas dos grandes equipamentos culturais, bem como da produção de oferta cultural diretamente pelo Estado. É também uma etapa de consolidação institucional da relação entre a política cultural e a identidade nacional.

Por último, neste período consolida-se também uma dicotomia que é essencial para a compreensão da evolução das políticas culturais. Trata-se da dicotomia Estado-mercado, que não só exclui o desenvolvimento de modelos alternativos, mas implica também uma parceria entre o estatal e o público, por um lado, e entre o comercial e o privado, por outro.

Ao modelo de democratização é imediatamente agregado um tipo de políticas públicas que incorpora a promoção de espaços de participação e expressão socio-cultural. Um modelo de política qualificado como democracia cultural (Urfalino, 1996). Mas a participação generalizada, como é entendida no modelo da democracia cultural, não se verifica (Wu, 2007). E são os governos que se reafirmam no papel de produtores culturais: a esfera institucional assume o papel do público. Neste contexto, ganha força a ideia de que os governos locais estão em condições

iguais ou melhores para assumir a responsabilidade pela promoção da cultura. Os objetivos e instrumentos tradicionais da política cultural dão lugar a novas lógicas de intervenção, que têm origem a nível local: adoção de uma perspetiva sistémica da cultura, expansão da agenda de questões abordadas ou uma tentativa de estabelecer um governo com vários níveis e o modelo de governação da cultura (Cherbo e Wyszomirski, 2000; Rodríguez Morató, 2005; Bonet e Negrier, 2008; Rius, 2012). Em suma, a consolidação das administrações regionais e locais, bem como o desenvolvimento do setor privado e do terceiro setor, também implicam uma transferência de responsabilidades no desenvolvimento das políticas (Barbieri et al. 2012)

Mas este contexto é também o do questionamento da ideia de cultura como um direito fundamental, que deve ser garantido pelo serviço público. Juntamente com as críticas ao papel do Estado como responsável pelo bem-estar, questiona-se igualmente a autonomia da arte e da cultura: afiguram-se como mais um produto que compete pelo tempo, interesse e dinheiro dos consumidores e que, por isso, deve demonstrar a sua utilidade social e económica.

Em suma, se falamos de cultura e cidade, se com a expansão urbana as cidades estão a perder o seu significado autónomo, a sua capacidade de serem promessas de integração e libertação (Subirats e Blanco, 2009), a cultura perde o seu estatuto de via para a liberdade, a identidade nacional e a universalidade da cidadania. Quais foram as respostas mais óbvias das autoridades públicas no âmbito da cultura contra este conjunto de fenómenos? Os processos descritos têm repercussões significativas na legitimidade do modelo de políticas do acesso à cultura. Se o modelo de democratização da cultura permanece até hoje como o núcleo da intervenção do governo, é patente a caducidade de boa parte dos princípios de uma política centrada no acesso à oferta cultural.

Os problemas que as políticas enfrentam hoje em dia (e que, portanto, não podem deixar de gerir) estão a tornar-se cada vez mais complexos, incertos e a acarretar cada vez mais riscos. Trata-se de problemas condicionados pelo desenvolvimento tecnológico e o surgimento da sociedade da informação (Castells, 2000), pelo

desenvolvimento económico à escala global com um carácter financeiro dominante e em que os símbolos e sinais ocupam um lugar central (Rifkin, 2000), bem como pelo desenvolvimento de sociedades mais heterogéneas e individualizadas (Bauman, 2003). Mais recentemente, as mudanças no tipo de participação e produção cultural resultantes da consolidação da diversidade cultural, bem como da digitalização da cultura (Ariño, 2010) vão além da lógica dos equipamentos culturais tradicionais. A tudo isto é preciso acrescentar a reprodução das interrogações colocadas relativamente ao papel da intermediação política tradicional das instituições públicas e da retração do investimento público (Barbieri, 2012).

Em suma, não estamos apenas a passar por mudanças. Vivemos, nas palavras de Zygmunt Bauman (2012), num interregno, num momento de mudança de época (Subirats, 2011). É este o cenário no qual se discutem as políticas culturais hoje em dia. Tanto os princípios que suportavam o modelo de políticas do acesso como muitas das suas respostas defensivas são agora ultrapassados, sem qualquer legitimidade.

2. AS RESPOSTAS: A CULTURA COMO SUBSTANTIVO

Perante as questões levantadas, surgem então novas lógicas de justificação da intervenção do governo no domínio da cultura e, em particular, nos espaços urbanos. Os governos optam por dinâmicas de relegitimação das políticas culturais desenvolvidas a partir de respostas que entendemos como reativas, defensivas. Tanto no âmbito económico como social.

Por um lado, sob a pressão da crescente concorrência entre as cidades, com base em critérios de desenvolvimento económico, boa parte das administrações reafirma o território como uma alavanca para o crescimento económico. A cultura e as políticas culturais estão no centro deste processo.

Neste sentido, uma das perspetivas mais adotadas e também cada vez mais discutidas nas agendas das políticas é a teoria das classes e as cidades criativas (Florida, 2002; Knudsen et al., 2007). Trata-se de um modelo amplamente contestado (Hall,

2004; Glaeser, 2005; Pratt, 2008), que incorpora a mercantilização progressiva dos recursos culturais e da mesma ideia de convivência (na forma de branding urbano) como é o da estratégia de competitividade global da cidade (Peck, 2005).

Em termos gerais, as políticas culturais baseiam-se na mobilização de recursos para a promoção do mercado, onde a cultura é concebida como um sistema de produção e um fator de crescimento económico. Por sua vez, a intervenção do governo é imbuída de uma lógica particular: o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, bem como dos chamados setores culturais, é considerado um requisito primário para garantir a qualidade da cultura e o acesso à mesma.

Um segundo tipo de resposta tem a ver com a questão da coesão social e, por vezes, com o elemento da proximidade. Neste contexto, o fator de proximidade torna-se num argumento central para justificar a lógica da ação pública no domínio da cultura. A função principal das políticas de proximidade é, em larga medida, a promoção do acesso à cultura, das capacidades de expressão das pessoas e de um sentimento coletivo de pertença. Ora mais do que a capacidade das políticas para produzirem respostas que sejam simultaneamente diversificadas e abrangentes, democráticas e eficazes, a proximidade pode ser desenvolvida, em certos casos, como um fator de políticas "reparadoras". Mais do que a uma abordagem abrangente e regionalizada, as políticas de proximidade podem conduzir a uma resposta conservadora à colocação em causa da representação política, em geral, e à falta de legitimidade das políticas culturais, em particular (Barbieri et al. 2012).

Por um lado, a regeneração do discurso da função social da atividade cultural é o resultado da expiração das instituições e princípios do modelo das políticas do acesso. Os profissionais do setor cultural reivindicam para si um novo tipo de faculdade: o conhecimento do território vinculado à aparente capacidade de satisfazer os critérios de qualidade cultural (Dubois e Laborier 2003). Por outro lado, o discurso político sobre o impacto social da cultura centra-se na capacidade das políticas culturais para contribuir para a consecução dos objetivos de outras políticas e agendas públicas: educação, saúde, meio ambiente, segurança

ou urbanismo (Belfiore, 2006). Assim, a perspectiva adotada centrou-se sobre as externalidades da cultura. Defende-se e argumenta-se em favor da função instrumental da ação cultural, que é apoiada por parte da administração pública (Subirats et al. 2008).

Em suma, tanto as respostas construídas sobre aspetos do desenvolvimento económico como as relacionadas com a coesão social são baseadas em posições reativas por parte dos governos, como opções de política cultural que poderíamos apelidar de "defensivas". Ora, reconhecendo o impacto dessa perspectiva para a visibilidade da ação das políticas culturais, é importante reconhecer algumas das suas limitações mais importantes.

Por um lado, resulta dela o perigo de sobrevalorizarmos o impacto das políticas culturais. Sobrevalorizar o impacto das políticas culturais e inclusivamente perder o olhar crítico sobre os seus efeitos. Além disso, podemos acabar por gerar expectativas e pressões desmesuradas sobre os agentes culturais. Em muitos casos, em vez de discutir sobre o quê e como executam as suas tarefas em relação a problemáticas, diferenças e desigualdades, tanto globais como locais, as organizações e instituições culturais dedicam os seus esforços a demonstrar se têm contribuído para atingir os objetivos de outras políticas sectoriais. Finalmente, esta tendência tem-nos distanciado da discussão sobre a capacidade das políticas culturais de terem um impacto real na nossa sociedade, o que, em última análise, se revela contraproducente para a legitimação da intervenção pública no domínio da cultura (Barbieri et al. 2011).

Estes aspetos tornam-se evidentes quando se analisa a forma como as políticas culturais se têm construído sobre a ideia da cultura como um substantivo, como um objeto, ou mesmo como a essência de um grupo ou coletivo. As políticas culturais têm-se estruturado muito mais em torno "da" cultura do que "do" cultural, daquilo que é cultural. Desenvolvemos políticas da cultura substantiva e não da cultura adjetiva. Todo o conjunto dos poderes públicos e do setor cultural se têm refugiado em políticas culturais interpretadas como políticas da cultura. Distanciamos-nos assim das políticas do cultural.

Um exemplo neste sentido, que diz respeito à atividade das pessoas diariamente envolvidas na gestão da cultura, é a informação gerada sobre os resultados das políticas culturais. Desenvolvemos sistemas de informação cultural, como, por exemplo, as contas satélite, que pressupõem um avanço significativo. Mas a informação gerada sobre os resultados das políticas culturais consiste principalmente na quantificação das atividades e produtos do sector cultural, bem como no consumo cultural. Concebemos as políticas culturais como políticas dos setores culturais (cinema, teatro, etc.); pensamos nos problemas culturais como problemas dos agentes do setor cultural e avaliamos os resultados das políticas culturais em termos de consumo quase binário.

Em suma, produzimos informação sobre a cultura como um substantivo e muito menos sobre a cultura como um adjetivo. Conhecemos o número de pessoas que trabalham no sector cultural ou, por exemplo, em alguns casos, o número de bibliotecas públicas por habitantes de uma cidade. No entanto, pouco se sabe sobre as pessoas que visitam essas bibliotecas, como e com quem o fazem, e quais os efeitos da sua participação, não apenas em termos individuais, mas também coletivos. Em suma, têm havido muito poucos progressos na construção de ferramentas que informem sobre as repercussões que as políticas culturais podem ter em termos de processos sociais e efeitos transversais. São escassos os avanços na recolha (e, especialmente, no uso na gestão diária) de informação sobre as componentes afetivas e intangíveis da experiência e da prática cultural, bem como a sua relação com valores como a igualdade ou a justiça (Holden, 2004). Muito pouco se sabe sobre a contribuição (ou falta dela) das políticas culturais para questões como o desenvolvimento de identidades coletivas flexíveis, a regeneração de laços sociais, o desenvolvimento pessoal autónomo e criativo, a democratização na geração de conhecimento e acesso ao mesmo, a valorização de certos grupos (crianças, idosos) ou a governação abrangente do território.

3. AS POLÍTICAS DO BEM COMUM

Torna-se cada vez mais evidente a necessidade de assumir um desafio que não é novo, mas atual: compreender a cultura não apenas como um substantivo, mas

também (ou em vez disso) como um adjetivo. E, em seguida, construir políticas não da cultura, mas políticas do cultural.

O que significa assumir o desafio de promover políticas do cultural? Com investigadores como Appadurai (1996), Garcia Canclini (2004), Barber (2008) ou Grimson (2003) aprendemos que a cultura não é apenas substantiva e que é importante entendê-la como um adjetivo (a cultura como aquilo que é cultural). Cultural será aquilo que nos permite ser agentes, que faz de nós protagonistas nas nossas práticas sociais. O cultural são as maneiras como nós, como atores, nos enfrentamos e negociamos e, portanto, também como imaginamos aquilo que partilhamos. O confronto e a partilha constituem uma parte indivisível de qualquer processo cultural.

Esta é uma visão política da cultura. Enfatiza o carácter político da cultura. E por político, não devemos entender simplesmente um jogo de interesses partidários ou uma luta para conseguir determinados recursos. Do pensamento destes autores aprendemos que pensar sobre o significado da cultura como um processo político significa pensar nela como um processo de confrontos que ocorrem justamente porque participamos em contextos comuns, e porque imaginamos aquilo que partilhamos.

Será, então, possível desenvolver políticas culturais que rejeitem esta perspetiva da cultura? É possível conceber políticas culturais que construam o público como algo heterogêneo, que não reduzam o que é público ao institucional ou estatal, e que trabalhem com uma noção do público como um espaço do comum (um espaço diverso e, portanto, não isento de conflito)? Não temos a certeza, mas podemos afirmar que há uma ligação entre este sentido da cultura e um processo de percurso histórico e de renovada atualidade, que analisamos abaixo.

A possibilidade de desenvolver políticas do cultural é proposta neste artigo como um modelo complementar (mas não de substituição) das políticas de promoção do acesso à oferta cultural. A necessidade de recuperar e enfatizar o sentido político da cultura é um processo que implica reequilíbrios no chamado setor

cultural. Porque o sentido político da cultura está associado a uma perspectiva que entende a cultura como parte de um processo emergente na atualidade: o da reflexão e ação no domínio dos bens comuns.

O comum, os “*commons*”, o “pró-comum”, os “bens comuns” e até “comunalizar” são palavras que se repetem numa variedade de fóruns há já algum tempo. Estas palavras surgem não só como conceitos analíticos, mas também como poderosas ferramentas de ação política, social e jurídica (Holder e Flessas 2008), impulsionadas por inúmeros movimentos sociais de todos os tipos e em diferentes espaços (ambiental, económico, urbano, digital, etc.).

Os bens comuns e o seu estudo não são uma realidade nova, muito menos na América Latina ou mesmo nos Estados Unidos. A vencedora do Prémio Nobel Elinor Ostrom analisou aprofundadamente mais de duas décadas de gestão dos bens naturais comuns (Ostrom, 1990). Mais recentemente, o professor Yochai Benkler, da Universidade de Harvard (2006) fez o mesmo no mundo digital, estudando iniciativas de colaboração, tais como software livre. Contudo, no âmbito cultural, os estudos a esse respeito são ainda incipientes. No entanto, falta-nos uma perspectiva própria (embora não isolada), que se revela necessária se considerarmos as diferenças entre os bens do tipo natural e digital.

Mas o que são, exatamente, os bens comuns? Em primeiro lugar, devemos compreender que os bens comuns não são espaços nem objetos. Os bens comuns são constituídos por três elementos: recursos, comunidades que partilham esses recursos e as normas desenvolvidas por essas comunidades a fim de tornar todo o processo sustentável. Ou seja, os bens comuns são: a) sistemas de governação e gestão de recursos partilhados, b) sistemas desenvolvidos por determinadas comunidades, c) sistemas que têm normas e regras identificáveis. Isto significa que aprendemos a olhar para os bens menos como substantivos (o bem comum) e mais como adjetivos (o comum). O que propomos é a adoção de uma perspectiva semelhante também em relação à cultura e políticas culturais.

Nesta perspectiva, uma das primeiras observações que temos de ter em conta é o tom plural na ideia de bens comuns. A cultura como parte dos bens comuns e não tanto como bem comum, porque não postulamos uma possível superioridade moral daquilo que é cultural. A cultura não é uma esfera elevada e separada da sociedade ou da política. E então, por que falamos de cultura como parte dos bens comuns? Porque podemos colocar como hipótese a necessidade de que as políticas culturais reconheçam esse sentido da cultura. Que as políticas culturais sejam as políticas dos bens comuns (Barbieri, 2014).

Falar de políticas públicas e bens comuns, e da relação entre governos e bens comuns, tem implicações significativas. Sem dúvida que o papel do Estado em relação aos bens comuns tem sido descrito como prejudicial e até como depredador de muitos dos recursos e comunidades (Anthony e Campbell, 2011). Assim, são analisados abaixo os possíveis papéis alternativos que poderiam ser desempenhados pelas políticas públicas (os governos e partes interessadas) na gestão dos bens comuns e, neste caso, dos bens comuns culturais.

Uma visão das políticas culturais como políticas dos bens comuns, como políticas do comum, obriga-nos a duas coisas. Por um lado, se pensarmos na cultura como parte dos bens comuns, temos de assumir que falamos não só de recursos, sejam estes intangíveis - idiomas, expressões diversas -, ou tangíveis - equipamentos culturais, etc. Falamos fundamentalmente de formas coletivas de gerir destes recursos. Ou seja, as políticas culturais não deveriam pensar na cultura apenas como objetos ou serviços culturais, mas também ser capazes de identificar e reconhecer as comunidades que gerem de forma esses recursos de forma partilhada. Por outro lado, se pensarmos na cultura como parte dos bens comuns, temos de reconhecer o terceiro elemento fundamental que esta visão implica. Além dos recursos e das comunidades, os bens comuns incorporam normas próprias, formas de fazer. Se pensarmos nas políticas culturais como políticas dos bens comuns, temos de aceitar que a gestão coletiva dos bens comuns obedece a regras ou normas que são desenvolvidas pelas próprias comunidades e que permitem a sua sustentabilidade.

Em lugares onde a administração pública está fortemente hierárquica, pensar nas políticas culturais como políticas do cultural, como políticas dos bens comuns, pressupõe alguns riscos. Implica o desafio de ir além dos princípios que formam a base do modelo das políticas do acesso à cultura. Podemos, então, postular as características e diferenças entre os modelos de políticas do acesso e as políticas dos bens comuns. Tanto na dimensão simbólico-substantiva como na dimensão processual-operacional das políticas (Gomà e Subirats, 1998).

Tabela 1. Políticas do acesso e políticas dos bens comuns

	Políticas do acesso	Políticas dos bens comuns
Ideia de cultura	Produtos, bens e serviços públicos/privados	Bens comuns: recursos, comunidades, normas. Propriedade distribuída
	Sistema produtivo: criação, produção, distribuição, consumo	Sistemas de governação híbridos, sem estrita separação de funções
Liderança	Administrativa: controlo vertical, departamentalização horizontal	Político: reconhecimento da interdependência, transversalidade, garantia
Modelo e instrumentos de relacionamento	Gestão pública: subsídio, mecenato, acordo-contrato	Gestão pública-comum: fundos de financiamento coletivo, rede de distribuição, capital de risco

Fonte: Elaboração própria

Sem repetir a informação constante na tabela, é necessário desenvolver duas áreas principais de diferenciação entre o modelo das políticas do acesso e da política dos bens comuns. A primeira grande diferença, que já apontámos anteriormente, refere-se à ideia de cultura subjacente a cada uma destas abordagens. No modelo das políticas do acesso, a cultura é entendida como um produto ou

serviço. Cultura designa um sistema de produção que claramente diferencia os criadores, produtores, distribuidores e consumidores. Por seu lado, no modelo de políticas do bem comum, a ideia de cultura refere-se a bens comuns culturais, isto é, complexos sistemas de governação, com comunidades que desenvolveram as suas próprias regras de gestão dos recursos culturais. Neste caso, não se verifica a tradicional diferenciação de papéis de um sistema de produção, mas sim, exatamente o contrário.

Mas as diferenças não se limitam à dimensão concetual ou simbólica das políticas culturais. Falamos também de diferenças nas formas de governar, na dimensão operacional das políticas. Em particular, no papel do governo e no tipo de liderança que este pode exercer. No modelo de políticas do acesso, temos um governo que exerce um papel que qualificamos de administrativo, uma liderança vertical de comando e controlo e uma departamentalização horizontal das políticas culturais de acordo com os vários subsectores (cinema, teatro, etc.).

Por outro lado, nas políticas culturais que definimos como políticas dos bens comuns, o papel do governo é compreendido e assumido como puramente político (no sentido mais amplo e complexo da palavra). É reconhecida a interdependência entre atores e comunidades e são desenvolvidos instrumentos para promover a colaboração, a corresponsabilidade colaborativa. Em suma, estaríamos perante governos que (sem deixar de assumir a sua quota de responsabilidade) providenciam apoio a modelos de gestão híbridos, que se desviam do excesso de intermediação tradicional, mas também da mercantilização das políticas.

4. NOVAS POLÍTICAS, NOVAS RESPONSABILIDADES

Neste quadro que propomos, torna-se caduca a ideia do interesse público como algo determinado por uma autoridade centralizada e abstrata. Num cenário de mudança de época, as autoridades locais, a sociedade civil e muitas comunidades têm a sua própria conceção do comum e do público; e têm conseguido gerir bens comuns (naturais, culturais) de forma sustentável e socialmente justa.

E quais são, então, as políticas culturais do comum? Ainda não as conhecemos em detalhe, porque ainda se encontram numa fase preliminar. No entanto, cabe aqui pensar nas políticas que mais têm procurado transformar-se e reposicionar-se no interregno em que vivemos. Pensemos, por exemplo, nas bibliotecas, museus e centros culturais que têm abandonado a sua função de meros repositórios da cultura e exploram iniciativas conjuntas de aprendizagem partilhada e divulgação aberta de conhecimentos. As instituições culturais que se constituem elas próprias como bens comuns.

Tratam-se de instituições onde continua a existir um recurso central, como, por exemplo, os livros ou a informação no caso de bibliotecas. Além disso, o governo mantém, sem dúvida, um lugar importante na comunidade que gere a instituição; mas, ao contrário do que acontece no modelo de políticas do acesso, esse papel de intermediação é significativamente diferente. Assim, as regras e responsabilidades de cada um dos agentes envolvidos na sustentabilidade da instituição são partilhadas e definidas de forma interdependente.

Este processo representa um novo desafio à legitimidade da intervenção governamental. Sobretudo para o tipo de intermediação que tradicionalmente assumem as políticas públicas. Por isso, e convém salientar este aspeto, uma espécie de resposta dos poderes públicos face a este cenário pode não ser o que propomos. Em vez disso, os governos poderiam optar pela desresponsabilização. O discurso dos bens comuns funcionaria, nesse caso, como uma nova resposta de caráter “defensivo” e com um efeito relegitimador contra as dificuldades de financiamento das instituições culturais públicas. Os bens comuns funcionariam como uma resposta conservadora, que permitiria aos governos resolver o problema da crise da representação política. Os bens comuns seriam o novo recurso de um bem, conhecido realismo mágico da política.

Na verdade, começam a ser implementadas as primeiras ações neste sentido, respostas no sentido da desresponsabilização dos governos da gestão dos bens comuns culturais. No âmbito especificamente cultural, um dos eixos centrais a ter em conta na análise da evolução dos bens comuns é o desenvolvimento

dos bens comuns e do papel da política pública é a questão do financiamento. A questão do financiamento coletivo (ou crowdfunding, ainda que este termo possa reduzir a complexidade destas novas práticas) é uma questão fundamental para o futuro dos bens comuns culturais. E também para o papel que irão assumir as políticas públicas a esse respeito.

Torna-se propício observar como as primeiras iniciativas do governo relativas à questão do financiamento coletivo estão a interpretar esse fenómeno mais como uma resposta pontual às dificuldades económicas que muitas instituições públicas têm enfrentado sob o modelo das políticas de acesso. Um exemplo disso é a campanha de financiamento aberta aos cidadãos recentemente organizada pelo Museu de Belas Artes de Lyon. Com o objetivo de poder adquirir a pintura de Jean-Auguste-Dominique Ingres, “L’Aretin et l’envoyé de Charles Quint”, o museu promoveu uma campanha de crowdfunding, com o intuito de angariar micromecenias. Através desta iniciativa, o museu conseguiu angariar 80 mil euros, o que representa mais de 10% do custo total da obra. Mas além do caso específico, há interesse em analisar e discutir a posição dos governos perante o fenómeno do financiamento coletivo. Atualmente, não só as instituições culturais de pequena dimensão, mas também grandes organizações estatais se assumem como recetoras de contribuições financeiras de particulares, ou seja, beneficiários de micromecenato, como destinatários sem maiores responsabilidades no desenvolvimento do fenómeno do financiamento coletivo.

Ora, nem todas as instituições assumem um papel semelhante. Há casos em que, impulsionados pelas próprias plataformas de financiamento coletivo, estabelecem-se ligações mais consistentes com a profunda transformação que este fenómeno poderia representar para o setor cultural. Por exemplo, desde há algum tempo que a plataforma Goteo faz experiências com fórmulas como o “capital de risco” ou as “bolsas de investimento social” (Goteo, 2013). Nestas iniciativas, os governos (por exemplo, do País Basco e da Estremadura) comprometem-se a contribuir com uma soma equivalente à das contribuições individuais da população. Ou seja, por cada euro angariado pela plataforma com as contribuições individuais, o governo compromete-se a contribuir com outro euro (até um limite aprovado).

Obviamente, este é também um exemplo concreto que não permite extrair conclusões definitivas sobre o papel das políticas públicas nos novos regimes de financiamento coletivo da cultura. No entanto, salienta-se a necessidade de continuar a investigar até que as novas formas de financiamento (como o crowdfunding) se tenham desenvolvido, em alguns casos, como bens comuns.

Para terminar, chamamos a atenção para a necessidade de aprofundar a investigação e a reflexão sobre as políticas do comum. É importante saber de que forma as plataformas e coletivos têm sido capazes de gerar as suas próprias comunidades e estabelecer normas comuns para assegurar a sustentabilidade dos processos culturais. Também é importante questionar a ambiguidade que pode estar associada ao discurso dos bens comuns, tanto nas dinâmicas de desresponsabilização por parte dos governos como nas da exclusão no seio das comunidades, com conflitos que podem levar à perda do carácter público dos bens comuns. Ou seja, é necessário conhecer melhor como se desenvolveram os bens comuns culturais e questionarmo-nos sobre o papel das políticas públicas nestes processos.

CAPÍTULO 4

VALORIZANDO AS ARTES E A CULTURA

John Holden

City University, London; DEMOS Think Thank

Um pouco por todo o mundo, o valor das artes e da cultura tem-se transformando num assunto cada vez mais presente e sobre o qual as pessoas querem ouvir falar.

E isso é interessante. Isso não acontece simplesmente porque as artes precisam de encontrar formas de descrever o seu valor para poderem atrair o financiamento privado e público – tiveram de fazê-lo durante muito tempo -, mas sim porque se verificou uma mudança fundamental em termos do papel das artes e da cultura na sociedade. O que pretendo é afirmar que precisamos de repensar aquilo que queremos dizer quando utilizamos a palavra «cultura» e que precisamos de ter uma abordagem mais sofisticada à forma como valorizamos as artes e a cultura, uma abordagem que tenha em conta, quer os vários tipos de valor que fazem parte da cultura, quer as perspetivas e interesses plurais de diferentes grupos sociais.

Houve um tempo, há cerca de quarenta anos, em que o valor das artes era praticamente um dado adquirido e o assunto não provocava demasiada preocupação.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, L. A. (2012), *A cultura como categoria de intervenção pública no tempo e no território*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia (Cultura, Diferença e Território), Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Anthony, D.; Campbell, J. (2011). "States, social capital and cooperation: looking back on Governing the Commons", *International Journal of the Commons* vol. 5, n. 2, pp. 284–302.
- Appadurai, A. (1996), *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Ariño, A. (2010), *Prácticas culturales en España*, Barcelona: Ariel.
- ARTEMREDE (2008), ARTEMREDE - Plano Estratégico 2008-2015, Santarém: ARTEMREDE
- ARTEMREDE (2015), ARTEMREDE - Plano Estratégico e operacional 2015-2020, Santarém: ARTEMREDE
- Babo, E. P. (2010), *Cultura e desenvolvimento: Novos desafios para as políticas municipais*, Dissertação de Mestrado em Planeamento do Território - Inovação e Políticas de Desenvolvimento, Universidade de Aveiro.
- Babo, E. P.; Costa, P. (coord) (2006), *Plano de Intervenção Estrutural do Sector Cultural no Horizonte 2007-2013 – Ministério da Cultura* (Relatório Final), Quatenaire Portugal/Dinâmia – Ministério da Cultura, Setembro 2006
- Babo, E. P.; Costa, P. (coord) (2007), *Programa de Intervenção Estrutural para o Sector da Cultura - Ministério da Cultura - Proposta de Programa "Cidades Criativas"*, Documento de Trabalho 2, Quatenaire Portugal/Dinâmia – Ministério da Cultura, Março 2007

Bachelard, G. (2012), *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes

Barbero, J. (2008). "Políticas de la comunicación y la cultura: Claves de la investigación", *Dinámicas interculturales CIDOB* (11).

Barbieri, N. (2012), "Why does cultural policy change? Policy discourse and policy subsystem: a case study of the evolution of cultural policy in Catalonia", *International Journal of Cultural Policy*, 18, 1, 13-30.

Barbieri, N. (2014), "Cultura, políticas públicas y bienes comunes: hacia unas políticas de lo cultural" *Kult-ur*, 1, 101-119.

Barbieri, N., Partal, A., Merino, E. (2011), "Nuevas políticas, nuevas miradas y metodologías de evaluación. ¿Cómo evaluar el retorno social de las políticas culturales?", *Papers Revista de Sociologia*, 96, 2, 477-500.

Barbieri, N.; Fina, X.; Subirats, J. (2012), "Culture and urban policy. Dynamics and effects of third sector organisations in Barcelona", *Revue Métropoles*, 11, pp. 2-23.

Bauman, Z. (2003), *Modernidad líquida*. México: Fondo de Cultura Económica.

Bauman, Z. (2012), "Times of Interregnum", *Ethics and Global Politics*, Vol. 5, 1, pp. 49-56.

Belfiore, E. (2006), "The social impacts of the arts - myth or reality?" En: Mirza, M. (ed.) *Culture Vultures*, London: Policy Exchange.

Benkler, Y. (2006). *The wealth of networks: How social production transforms markets and freedom*. New Haven: Yale U. Press.

Bonet, LL. ; Négrier, E. (2008) *La fin des culturelles nationales? Les politiques culturelles à l'épreuve de la diversité*, Paris : La Découverte.

Borges, V. e Costa, P. (org.) (2012), *Criatividade e instituições: Novos desafios à vida dos artistas e profissionais da cultura*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Calvino, I. (1990), *Seis Propostas para o próximo milénio*. São Paulo: Companhia das Letras

Calvino, I. (1993 (1972)), *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema

Canclini, N. G. (2004), *Diferentes, desiguales y desconectados*, Barcelona: Gedisa.

Cardoso, J. (2011), "Toda a criação é local", in *LURA* Nº 17, pag. 4-5.

Carrol, L. (1978), *Alice do Outro lado do espelho*, Lisboa: Ed. Europa- América

Castells, M. (2000), *The Rise of the network society*, Oxford: Blackwell.

Cherbo, J. ; Wyszomirski, M. (2000). *The Public life of the arts in America*, New Brunswick: Rutgers University Press.

Conde, I. (1998), "Contextos, culturas, identidades", in Costa, A. F. e J. M. Viegas,

Portugal, que modernidade?, Oeiras: Celta

Conde, Idalina (1997), "Cenários de práticas culturais em Portugal (1979-1995)", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº23, 1997, pp. 117-188

Costa, A. F. (1997), "Políticas culturais: conceitos e perspectivas", *OBS*, nº2, Outubro 1997, pp. 10-14

Costa, P. (2002), *As actividades da cultura e a competitividade territorial: o caso da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Planeamento Regional e Urbano.

Costa, P. (2007), *A cultura em Lisboa: competitividade e desenvolvimento territorial*, Lisboa: Imprensa de Ciências

Costa, P. (2007a), "Globalização e competitividade territorial baseada nas actividades culturais: algumas linhas estratégicas de actuação a nível urbano-metropolitano", in Salavisa Lança, I.; Rodrigues, W. e Mendonça, S. (orgs.), *Inovação e Globalização: Estratégias para o Desenvolvimento Económico e Territorial*, Porto: Campo das Letras, pp. 167-190.

Costa, P. (2008), "Creativity, innovation and territorial agglomeration in cultural activities: the roots of the creative city", in Cooke, P. and L. Lazzeretti (org.), *Creative cities, cultural clusters and local development*, Cheltenham: Edward Elgar, pp. 183-210.

Costa, P. (2011), "Da retórica das cidades criativas ao entendimento da criatividade nas actividades culturais: algumas pistas para reflexão", in Oliveira, L.F., Bernardes, J.P. e Tavares, M. (Eds.), *A cultura em conferência*, Faro: Universidade do Algarve, Direcção Regional de Cultura do Algarve, pp. 89-124.

Costa, P. (2015), "Creative Dynamics, Local Identities and Innovative Milieus: Re-Focusing Regional Development Policies?", in Pinto, H. (Ed.), *Resilient Territories: Innovation and Creativity for New Modes of Regional Development*, Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 131-150

Costa, P. (Coord.) (2009), *Estratégias para a Cultura em Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Pelouro da Cultura

Costa, P. (Coord.) (2010), *Cascais Criativo: Estudo sobre o potencial de desenvolvimento do concelho de Cascais com base nas indústrias criativas* - Relatório Final, Cascais: DINÂMIA-CET – Câmara Municipal de Cascais, 268pp

Costa, P. e Babo, E. (2007), "As indústrias culturais e criativas: novos desafios para as políticas municipais", in Portugal, J. e S. Marques (coord.), *Gestão Cultural*

do Território, Porto: Sete Pés, pp. 51-87.

Costa, P., Lopes, R. (2011), "Padrões locativos intrametropolitanos do cluster da cultura: a territorialidade das actividades culturais em Lisboa, Barcelona e São Paulo", *REDIGE – Revista de Design, Inovação e Gestão Estratégica*, Vol. 2, n. 02, 2011, pp. 196-244.

Costa, P., Lopes, R. (2013), "Urban design, public space and creative milieus: an international comparative approach to informal dynamics in cultural districts", *Cidades, Comunidades e Territórios*, Nº 26, Junho 2013, 40-66

Costa, P., Magalhães, M., Vasconcelos, B., Sugahara, G. (2007), "A discussion on the governance of 'Creative Cities': Some insights for policy action", *Norwegian Journal of Geography*, Vol.61, pp.122-132.

Costa, P., Vasconcelos, B., Sugahara, G. (2011), "The urban milieu and the genesis of creativity in cultural activities: An introductory framework for the analysis of urban creative dynamics", *Cidades, Comunidades e Territórios*, Nº 22, Dezembro 2011, pp. 3-21

Costa, P.; Magalhães, M., Vasconcelos, B., Sugahara, G. (2008), "On 'Creative Cities' governance models: a comparative approach", *The Service Industries Journal*, Vol. 28, nº3-4, April-May 2008, pp. 393-413.

Dubois, V.; Laborier, P. (2003), 'The "social" in the institutionalisation of local cultural policies in France and Germany', *International Journal of Cultural Policy*, 9, 2, 195-206.

Ferrão, J. 2013. "Governança, Governo e Ordenamento do Território em Contextos Metropolitanos" in Ferreira, A.; Rua, J.; Marafon G. J.; Pinheiro da Silva A.C. (Org.), *Metropolização do Espaço: Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais*, Editora Consequência, Rio de Janeiro, pp. 255-281.

Florida, R. (2002), *The Rise of the Creative Class*, New York: Basic Books.

Fortuna, C. (org.) (1997), *Cidade, Cultura e Globalização – Ensaio de Sociologia*. Oeiras: Celta.

Fortuna, C., Silva, A.S. (2001), "A cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural", in Santos, B.S. (Org.), *Globalização. Fatalidade ou Utopia?*, Porto: Afrontamento, pp. 409-462

Fortuna, C., Silva, A.S. (orgs) (2002), *Projecto e Circunstância: Culturas urbanas em Portugal*, Porto: Afrontamento.

Fortuna, Carlos (1999), *Identidade, Percursos, Paisagens Culturais*, Oeiras: Celta.

Fortuna, Carlos; Claudino Ferreira e Paula Abreu, "Espaço público urbano e cultura em Portugal" (1999), *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53, Novembro 1998 /

Fevereiro 1999, pp. 85-117

Garcia, J. L. (coord.). 2014. *Mapear os recursos, levantamento da legislação, caracterização dos atores, comparação internacional, Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliações Culturais*, Secretaria de Estado da Cultura.

Glaeser, E. (2005) "Review of Richard Florida's 'The rise of the creative class'", *Science and Urban Economics*, 35: 593-596.

Gomà, R.; Subirats, J. (1998), *Políticas públicas en España: contenidos, redes de actores y niveles de gobierno*, Barcelona: Ariel.

Gomes, R. T.; Lourenço, V; Martinho, T.D. (2006), *Entidades Culturais e Artísticas em Portugal*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais

Gomes, R. T., Martinho, T.D. (2012), *Compendium. Cultural Policies and Trends in Europe. Country Profile: Portugal*. Last Profile Update: June 2011, disponível em: http://www.culturalpolicies.net/down/portugal_062011.pdf

Goteo (2013), "Capital riego", disponible a: <http://goteo.org/service/resources?lang=es> (consultado el 04/11/2013)

Grimson, A. (2003), *Tram(p)as de la comunicación y la cultura*. Buenos Aires: Universidad de La Plata.

Guimarães, S. (coord.) (2012), *Artes e Comunidades – Encontros I*, Guimarães: A Oficina.

Hall, P. (2004) "Creativity, culture, knowledge and the city", *Built Environment* 30 (3): 256- 258.

Han, B.-C. (2014 (2010)), *A Sociedade do Cansaço*, Lisboa: Relógio D'Água

Holden, J. (2004). *Capturing cultural value*. Londres,: DEMOS.

Holder, J.; Flessas, T. (2008). "Emerging Commons", *Social & Legal Studies*, 17: 299-311.

Kliskberg, B. (2001), *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social*. São Paulo: Cortez

Knudsen, B.; Florida, R.; Gates, G.; Stolarick, K. (2007), Urban density, creativity, and innovation, Working Paper of the Creative Class Group, The Martin Prosperity Institute, University of Toronto, Toronto.

Lopes, J. T. (2000) *A cidade e a cultura. Um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Ed. Afrontamento

Lopes, J. T. (2000a), "Em busca de um lugar no mapa: Reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 34, 2000, pp. 81-116

Lopes, J.T. (2003) *Escola, território e políticas culturais*. Porto: Campo das Letras.

Mateus, A. (Coord.) (2005), *Actualização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Cultura*, Augusto Mateus & Associados, GEOIDEIA.

Mateus, A. (Coord.) (2010), *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Estudo para o Ministério da Cultura (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais) - Relatório Final, Lisboa: Augusto Mateus e Associados, Janeiro de 2010

Negri, A.; Hardt, M. (2009), *Commonwealth*, Belknap Press

Neves, J. S. (2000), *Despesas dos Municípios com Cultura*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais

Neves, J. S. (2005a), *Despesas dos Municípios com Cultura (1986-2003)*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

Novaes, A. (2006), *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir

Ostrom, E. (1990), *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. London: Cambridge University Press.

Peck, J. (2005), "Struggling with the creative class", *International Journal of Urban and Regional Research*, 29, 4, pp. 740-770.

Pinto, J. M. (1994) "Uma reflexão sobre políticas culturais". In AAVV, *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. pp. 767-792

Pinto, J. M. (1995), "Intervenção cultural em espaços públicos", in Santos, M. L. L. (coord.), *Cultura e Economia - Actas do Colóquio realizado em Lisboa - 9 Abril 1994*, Lisboa: ICS-UL, pp. 191-207

Pinto, J. M. (1997), "Democratização e desenvolvimento cultural sustentado: o papel do Estado", *OBS*, nº1, Maio 1997, pp. 4-7

Porto, M. (2009), "As Sandálias de Perseu", in Calabre, L. (Org) *Políticas culturais : reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento*, São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa

Portugal, J. e S. Marques (coord.) (2007), *Gestão Cultural do Território*, Porto: Sete Pés

Pratt, A. (2008) "Creative cities: the cultural industries and the creative class", *Geografiska Annaler*, series B, Human Geography 90 (2): 107-117.

Ragsdale, D. (2010). *The Excellence Barrier*. Address delivered on April 28, 2010 at the annual conference of the Washington State Arts Alliance.

Rato, B.; Costa, P.; e Vasconcelos, B. (2010), "A medição da capacidade criativa e cultural das cidades, um contributo para a sua operacionalização", *DINAMIA-CET*

Working Paper, 2010/09, DINÂMIA-CET

Rayner, F. (coord.) (2013), *Artes e Comunidades – Encontros II*, Guimarães: A Oficina.

Rius, J. (2012), "Política cultural e hibridación de las instituciones culturales. El caso de Barcelona. *Revista Española de Ciencia Política*. 27. 85-105.

Rodríguez Morató, A. (2005), "La reinención de la política cultural a escala local: el caso de Barcelona", *Sociedade e Estado*, 20, 2, pp. 351-376.

Rushdie, S. (1998), *Haroun e o mar de histórias*. São Paulo: Companhia das Letrinhas

Santos, M. L. L. (1990), "Reprodutibilidade / raridade: o jogo dos contrários na produção cultural", *Actas do I Congresso Português de Sociologia - A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Vol II, Lisboa: Editora Fragmentos

Santos, M. L. L. (1994), "Deambulação pelos novos mundos da arte e da cultura", *Análise Social*, vol. XXIV (125-6), pp. 417-439

Santos, M. L. L. (2000), "Políticas culturais europeias (I)", *OBS*, nº8, Julho 2000, pp.2-6

Santos, M. L. L. (2001), "Políticas culturais europeias (II)", *OBS*, nº9, Junho 2001, pp. 2-7

Santos, M. L. L. (coord.) (1995) *Cultura e Economia - Actas do Colóquio realizado em Lisboa - 9 Abril 1994*, Lisboa: ICS-UL.

Santos, M. L. L. (coord.) (1998), *As políticas culturais em Portugal*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

Santos, M. L. L. (Coord.) (1998a), *10 anos de mecenato cultural em Portugal*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

Santos, M. L. L. (coord.) (2004) *Políticas culturais e descentralização: impactos do Programa de Difusão das Artes do Espectáculo*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

Santos, M. L. L. (coord.) (2005), *Contribuições para a formulação de políticas públicas no horizonte 2013 relativas ao tema Cultura, Identidades e Património – Relatório Final*, OAC/ICS

Sarmento, M. J. (2012), "Crianças, culturas, comunidades", in LURA Nº 21, pag. 4-5.

Sarmento, M. J. (coord.) (2014), *Artes e Comunidades – Encontros III*, Guimarães: A Oficina.

Seixas, J. e Costa, P. (2010), "Criatividade e governança na cidade contemporânea: a conjugação de dois conceitos poliédricos e complementares", *Cidades, Comunidades e Territórios*, Nº 20-21, Dezembro 2010, pp 27-41.

Silva, A. S. (1994), "O jogo indeciso entre símbolos, práticas e políticas culturais", In AAVV, *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 683-722

- Silva, A. S. (1995), "Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano. Uma análise de seis cidades portuguesas" in Santos, M. L. L. (coord.), *Cultura e Economia - Actas do Colóquio realizado em Lisboa - 9 Abril 1994*, Lisboa: ICS-UL
- Silva, A. S. (1997), "Cultura: das obrigações do Estado à participação civil", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº23, 1997, pp. 37-48
- Silva, A. S. (2000), *Cultura e Desenvolvimento: Estudos sobre a Relação entre Ser e Agir*, Oeiras: Celta.
- Silva, A. S. (2003) "Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa". In *OBS*, nº 12, OAC.
- Silva, A. S. (2007), "Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro", *Sociologia, Problemas e Práticas* 54: pp. 11-33.
- Silva, A. S.; Babo, E. P.; Guerra, P. (2013), "Cultural policies and local development: The Portuguese case", *Portuguese Journal of Social Science*, Vol 12, nº2, pp 113-131.
- Silva, A. S.; Babo, E. P.; Guerra, P. (2015), "Políticas culturais locais: Contributos para um modelo de análise", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 78, 2015, pp. 105-124.
- Silva, A.S., Babo, E. P., Santos, H., Guerra, P. (1998), 'Agentes culturais e públicos para a cultura: Alguns casos ilustrativos de uma difícil relação', *Cadernos de Ciências Sociais* 18: pp. 67-105.
- Subirats, J. (2011), *Otra sociedad, ¿otra política?*, Barcelona: Icaria.
- Subirats, J., Fina, X., Barbieri, N., Partal, A., Merino, E. (2009). *El retorn social de les polítiques culturals*. Barcelona: Departament de Cultura i Mitjans de Comunicació.
- Subirats, J.; Blanco, I. (2009), "¿Todo lo urbano es social y todo lo social es urbano?: dinámicas urbanas y dilemas de políticas públicas", *Medio ambiente y urbanización*, 70, 1, pp. 3-13.
- Urfalino, P. (1996). *L'invention de la politique culturelle*. Paris: Hachette.
- Valery, P., (1952), *Charmes*. Paris: Gallimard.
- Wu, C. (2007), *Privatizar la cultura*, Madrid: Akal.

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES

AMÉLIA PARDAL

Amélia Pardal, é atualmente vereadora na Câmara Municipal de Almada, com os pelouros das Obras, Planeamento, Administração do Território, Desenvolvimento Económico e Arte Contemporânea. Licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa e pós-graduada em Gestão Cultural nas Cidades pelo ISCTE/ INDEG. Técnica superior e dirigente na C.M.Almada, desde 1995, é vereadora desde 2009. É membro do Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região de Setúbal com a responsabilidade da coordenação do grupo de trabalho dos Vereadores da Cultura.

ANTÓNIO MATOS

António Matos é atualmente Presidente da ARTEMREDE, e vereador da Educação, Cultura, Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Almada. Professor efetivo do Ensino Secundário (área da mecânica), foi vereador da Câmara Municipal do Seixal, com os Pelouros da Educação, Cultura e Desporto (1982-1989) e na Câmara Municipal de Almada, com os Pelouros da Educação, Ação Sociocultural e Desporto (1989-2013), bem como os serviços de Turismo e de Informação (1993-2013).

ANTÓNIO PINTO RIBEIRO

António Pinto Ribeiro, formado em Filosofia, Ciências da Comunicação e Estudos